

Afeto, vida pessoal e militância política nas organizações de esquerda armada do Brasil e Argentina – décadas de 60 e 70

Lilian Back¹, UFSC
lilianback@gmail.com

O período de atuação da esquerda armada no Brasil e Argentina vai do início da década de 1960 ao início da de 1980. Ele foi marcado, em sua primeira metade, pelo auge da Guerra Fria, bem como por acontecimentos como a Independência de Argélia e as outras lutas pela independência em seu continente, a Guerra do Vietnã e a Revolução Cubana, tendo sido a última especialmente marcante para a América Latina.

O florescimento dos movimentos armados revolucionários estava ligado a debates e rupturas dentro a esquerda que, nos dois países, foram intensificados quando ocorreram os golpes civil-militares e em função das respectivas respostas – ou falta delas – da esquerda tradicional a eles. Esses golpes tinham atuação orientada pela Doutrina de Segurança Nacional, objetivavam normalizar a economia e implantar a “ordem²”, através do combate e eliminação do que consideravam uma “onda esquerdista”. Fizeram-no com a implantação da censura, com fechamento da maior parte dos partidos políticos, sindicatos e outras organizações, demissões de funcionários públicos considerados “perigosos” e com o emprego indiscriminado da violência e da repressão.

Fortaleceram-se ainda mais, com as ofensivas estatais, as discussões internas da esquerda e multiplicaram-se as organizações e as ações da chamada Nova Esquerda. Tal corrente, se é que a podemos chamar assim, era caracterizada por críticas ácidas às esquerdas tradicionais, consideradas, em alguma medida, responsáveis pelo golpe; pela descrença no caminho pacífico para a revolução; e pelo abandono das formas tradicionais de organização e adoção de modelos revolucionários inspirados nas revoluções cubana e chinesa.

De forma concomitante às discussões sobre a nova esquerda aconteceram as sobre o nascimento do “novo homem”, que seria o indivíduo moral da nova esquerda, o militante “capaz de sacrificar tudo em função do mundo que se aproximava”.³ Esses novos homens constituíam o grupo de “verdadeiros revolucionários” que se opunham tanto à burguesia quanto aos considerados reformistas (esquerda tradicional, pró-soviéticos, partidos comunistas e socialistas, trotskistas e militantes de esquerda independentes que se opunham a ações violentas).

¹ Acadêmica do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq

² FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Ed. 34, 2004. p.396.

³ BRIENZA, Hernán. **Mario R. Santucho: la guerrilla de izquierda**. Buenos Aires: Capital Intelectual. 2006.p.18.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Na Argentina, a guerrilha – forma de atuação da nova esquerda por excelência – desempenhou um papel mais significativo do que no Brasil em termos de duração e de façanhas. Na Argentina, em comparação com o Brasil, a esquerda armada – ainda que houvesse outras organizações menores, na maior parte dos casos, de atuação mais regionalizada – foi marcada por uma fragmentação menor e pela atuação, às vezes articulada de dois grandes grupos: o *Ejercito Revolucionario del Pueblo* e os *Montoneros*. No Brasil, estima-se que havia mais de trinta organizações deste tipo, com tamanhos, tempo de atuação e número de militantes muito menores do que os do país anterior. Dentre estas, destacavam-se, segundo Maria Helena Moreira Alves ⁴, a Vanguarda Popular Revolucionária - VPR, Aliança Libertadora Nacional - ALN e Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR-8.

Os e as militantes da esquerda armada eram alvos prioritários da repressão, tanto pela natureza de sua atuação (mais radicalizada do que a de outros setores da resistência e da luta pelo socialismo) e pelos objetivos que os norteavam, a saber, o combate ao governo estabelecido e derrubada do sistema capitalista para a instalação do socialista. Isso tornava a opção pela continuidade da luta uma escolha que envolvia conscientemente colocar em risco a própria vida.

Dessa forma, os e as militantes corriam risco constante de prisão, tortura, desaparecimento forçado e morte. As organizações, como consequência, corriam o risco de se desmantelar. A sobrevivência política e material dos e das militantes e das organizações político-militares dependia, portanto, de cuidados extremos que envolviam especialmente sua visibilidade e a segurança das informações.

As organizações brasileiras e argentinas mantiveram suas lutas dentro de contextos bastante semelhantes, além disso, partilhavam de leituras, tinham formação teórica, política e, em alguns casos, militar, muito próxima; e com o aumento da repressão e da decorrente opção pelo exílio, em um primeiro momento, nos países vizinhos, passaram a intercambiar de forma mais intensa informações e apoios.

As preocupações com a formação moral dos membros da organização e com a segurança eram muito fortes, o que é perceptível tanto nos documentos produzidos na época quando em depoimentos coletados hoje. Acredito que haja uma estreita relação entre essas duas preocupações, já que o avanço da ofensiva estatal coincidiu com o enrijecimento do controle das organizações sob seus membros.

Os elementos centrais e inseparáveis dessa nova moral são: o princípio da não contradição, espírito de sacrifício e o caráter político da vida privada. Esses três pilares eram comuns aos grupos

⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 157.

de nova esquerda dos dois países, embora tenham sido às vezes interpretados ou colocados em prática de forma um pouco diversa.

O primeiro consistia em manter práticas correspondentes às idéias revolucionárias e às necessidades da revolução em todos os campos da vida pessoal e social. Ele é percebido, tanto no documento “Normas básicas para segurança”, da Vanguarda Popular Revolucionária-VPR, por exemplo, que determinava que toda e qualquer ação dos militantes deveria ser orientada pelo princípio da clandestinidade; quanto em “*Moral y proletarización*”, documento chave para entender o pensamento *perretista* sobre o assunto. Tal documento chama a atenção, em todo o seu corpo, para os esforços que os e as militantes do PRT deveriam ter para manter uma moral compatível com suas funções revolucionárias e sobre os riscos da reprodução dos “vícios pequeno-burgueses”.

A não contradição não se refere exclusivamente a comportamentos mais diretamente relacionados à luta política. Ela ultrapassa os limites do tradicionalmente entendido como público-político, estendendo-se para o campo do privado, politizando-o e, de alguma forma, publicizando-o. Decorrente do segundo princípio, vem o do “caráter político da vida privada”. As organizações, na maior parte das vezes, tinham posições bastante definidas sobre relações de amizade, amor, traição, consumo, etc. Na Argentina, considerava-se necessária, para a “revolução total da personalidade”, uma transformação total da vida e das relações sociais dos militantes.

Esses três elementos da moral revolucionária estavam imbricados, ou seja, a existência de um pressunha e exigia a dos outros. Da mesma forma que não era possível dedicar-se integralmente sem que fosse envolvida a vida privada, não era possível manter práticas coerentes com a teoria revolucionária, no contexto das ditaduras, sem que todos os campos da vida da pessoa sejam afetados por esta escolha e sem grandes sacrifícios.

Para Elizabeth Ferreira, nessa ordem que regulava a vida dos e das militantes na clandestinidade “os domínios públicos (a organização e a guerrilha) e privado (a vida particular dos militantes) se confund[iam] com forte interferência do primeiro na vida pessoal dos participantes, muitas vezes através de rigorosas determinações”. Para a autora, um dos domínios mais afetados era o dos relacionamentos amorosos.⁵

Antes de adentrar nesse campo, é necessário lembrar que os grupos da Nova Esquerda dos dois países atuaram em um contexto que também foi marcado pela Revolução Sexual e pelos movimentos feministas de Segunda Onda. Para Cristina Scheibe Wolff, não foi “por acaso que, nas

⁵ FERREIRA, Elisabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 138.

organizações guerrilheiras o número de mulheres militantes ultrapassava em muito o número de mulheres que participavam dos partidos tradicionais de esquerda em décadas anteriores”^{6 7}.

Não havia diferenciação formal entre o que se esperava ou exigia de homens e mulheres dentro dos grupos. As normas eram criadas e deveriam ser seguidas por todos, sem qualquer distinção. Entretanto algumas mulheres, especialmente as que se identificaram posteriormente com o feminismo, afirmam terem tido mais dificuldades que os homens para ascenderem a cargos de dirigência ou de terem tido que se masculinizar para serem respeitadas pelos homens dentro das organizações, por exemplo.⁸

Entretanto, é importante lembrar que embora atuassem em um contexto marcado pela Revolução Sexual e de terem seus quadros majoritariamente formados por pessoas vindas dos meios universitários, essas transformações ainda eram algo em curso, dessa forma, ainda era algo muito novo para as mulheres e homens o fato das primeiras estarem participando de ações armadas, de debates sobre economia política, processo revolucionário ou ainda de cargos de dirigência política e/ou militar. Para muitas dessas mulheres, o simples fato de estar na organização já era considerada uma grande conquista pessoal e para as mulheres.

Amor e sexo cabem na militância?

Sobre as normas de segurança e comportamento que diziam respeito a questões sobre namoro, sexo e outras formas de sociabilidades dessas, encontrei, em todas as organizações dois pontos comuns.

O primeiro é o heterossexismo, ou heterossexualidade compulsória. Pressupunha-se, nas organizações político-militares – mas também fora delas – que as relações de *pareja* fossem, necessariamente, relações heterossexuais. Mais do que isso: a homossexualidade era freqüentemente invisibilizada ou vista como algo problemático dentro das organizações.

Monica Tarducci, ex-militante do PRT-ERP, por exemplo, afirmou em entrevista realizada por Cristina Scheibe Wolff que se dizia, na época, que era necessário ter cuidado se houvesse algum

⁶ WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**, dezembro, ano/vol. 27, num 54. p. 20. Disponível em: <http://redalyc.uamex.mx/redalyc/pdf/263/26305405.pdf>. Data de acesso: 21/09/2008.

⁷ No Brasil e na Argentina, calcula-se, com base nos processos contra os militantes e números de mortos e desaparecidos, que o percentual de mulheres nas organizações tenha sido de 18% e 30%, respectivamente, embora o número seja questionado por alguns pesquisadores e pesquisadoras, como Cristina Scheibe Wolff, que no artigo anteriormente citado, questiona estes números, argumentando que para as mulheres foi mais fácil escapar da polícia, já que para ela (a polícia) era difícil acreditar que as mulheres seriam guerrilheiras

⁸ Refiro-me aqui às entrevistas coletadas pelas professoras Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro durante a vigência do Projeto Gênero, ditaduras e feminismos no Cone Sul.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

gay no movimento ou organização, porque os gays “eram considerados muito promíscuos e por isso, poderiam soltar informações sobre algum assunto com um policial ou alguém do exercito”⁹.

Herbert Daniel, ex-militante das organizações brasileiras Polop, Colina, VAR-Palmares e VPR e homossexual, em seu livro de memórias, “Passagem para o próximo sonho” se aprofunda mais nessa questão. Ele escreve

Meus problemas pequeno-burgueses me preocupavam, como tantos empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles, a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade. Desde que comecei a militar, senti que tinha uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular – e transtornada, secreta e absurda, isto é, puramente “pequeno burguesa”, para não dizer “reacionária”, ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria “esquecer” minha sexualidade.¹⁰

Herbert esclarece ainda que o sexo não era considerada uma grande preocupação política dentro das organizações de que fez parte. Era uma questão pessoal. Havia outras coisas a abordar. Afirma que o “esquecimento” da sexualidade o ajudou a se sentir protegido, já que o materialismo histórico-dialético só dava conta de explicar a heterossexualidade.

Outro ponto comum entre todas as organizações era o uso das palavras companheiro e companheira para designar os pares, nas relações de casamento ou namoro. Essa forma de nomear o outro revela, pelo menos, uma intenção de igualdade e de companheirismo entre homens e mulheres nessas relações. Vera Silvia Magalhães refere-se a esse tipo de tratamento da seguinte forma:

Chamávamos nossos namorados de companheiros e essa palavra significava tudo que desejávamos. Mesmo que nem nós, mulheres, nem eles, homens, tivéssemos conseguido realizar o companheirismo e muitas frustrações tivessem se acumulado. Tentávamos uma forma de relação afetiva igualitária para já (...).¹¹

Na Argentina, além disso, a intenção de igualdade se traduzia na sugestão de adoção de práticas mais igualitárias nas relações de *pareja*, como veremos mais adiante.

Entramos aqui nas diferenças fundamentais na forma das organizações de esquerda armada dos dois países regularem esses aspectos da vida particular dos militantes. As primeiras que levantarei estão ligadas à própria concepção de *pareja*, característica das organizações argentinas.

Nas duas organizações argentinas analisadas – PRT-ERP e *Montoneros* – casais com relações monogâmicas estáveis e a família eram muito valorizados. O eixo central dessas relações deveria ser, no entanto, a revolução. As relações que se estabeleciam dentro dessas instâncias deveriam ser, preferencialmente, relações não conflituosas já que, entre outras coisas, esses

⁹ TARDUCCI, Monica. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff (digital). Buenos Aires, Argentina, 22 de novembro de 2007. Acervo do LEGH/UFSC.

¹⁰ DANIEL, Herbert. **Passagem para o próximo sonho**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.p. 96

¹¹ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p.173.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

conflitos poderiam gerar problemas para a organização. Os esforços individuais de militantes e do próprio grupo, nesse sentido, eram bastante grandes e podem ser percebidos no necrológio de Marcos, militante dos *Montoneros*:

Marcos tinha clara a necessidade do equilíbrio entre o político, o militar e a vida familiar. Ali revelava sua maturidade. Foi um precursor. Os companheiros iram a ele pedir conselhos sobre os problemas familiares. Sempre era um exemplo. Nunca separou a vida familiar da militância.¹²

No PRT, manter relações sexuais extra-conjugais era infração digna de punições, como a perda da arma. É claro que esta não era apenas uma questão de segurança. Os relacionamentos amorosos e familiares eram pensados como parte fundamental da formação da moral do homem novo. Esta moral, como já afirmei era oposta à burguesa, que tinha, de acordo com eles, como eixo central, o individualismo, e como uma das principais características, o patriarcalismo.

Esses relacionamentos monogâmicos estáveis deveriam ser constituídos a partir de bases mais igualitárias. No necrológio de Marcos Osatinski, ex-militante dos *Montoneros*, por exemplo, uma das características apontadas nele como exemplar é a de bom marido:

Quando os filhos eram pequenos – afirma sua companheira – dedicou sua atenção tanto quanto eu. Deu-lhes mamadeira, os trocou. O que nunca fez foi lavar roupa e cozinhar. Dizia que quando há filhos nos casais sempre é muito difícil o metade-metade na atenção. Sustentava que, neste sistema, isso é uma idealização¹³

Não são raras, nos necrológios da esquerda armada argentina, menções desse tipo. Ainda que, como se pôde perceber, a divisão das tarefas não fosse igualitária, ela era mais justa do que a da maior parte dos casais argentinos da época, e preocupação do marido em ajudar no cuidado dos filhos é colocado como algo positivo, um exemplo a ser seguido.

Se na Argentina as orientações que regiam a vida privada e cotidiana dos militantes combinavam a necessidade de superar a moral burguesa e o sistema capitalista à de manter o grupo seguro, no Brasil esta parece ter sido pensada de forma a se adequar às necessidades imediatas da luta armada e da clandestinidade. A questão do aborto, por exemplo, é bem ilustrativa nesse sentido. Quando uma mulher engravidava, sua gravidez era debatida nas reuniões e muitas vezes se optou

¹² “Marcos tenía clara la necesidad del equilibrio entre lo político, lo militar y la vida familiar. Ahí revelaba su madurez. Fue un precursor. Los compas de iban a pedir consejo sobre los problemas familiares. Siempre era un ejemplo. Su pareja fue ejemplar. Nunca separó la vida familiar de la militancia.” *Dos jefes montoneros caídos: Marcos Osatinski. Evita Montonera* – Revista Oficial de Montoneros. Argentina, ano I, num 9, novembro de 1975. p. 24. Acervo da Biblioteca Nacional da Republica Argentina. Tradução livre.

¹³ “Cuando los hijos eran chiquitos – aclara su compañera – afronto su atención tanto como yo. Les dio mamadera, los cambié. Lo que nunca hizo fue lavar ropa o cocinar. Decía que cuando hay chicos en las parejas siempre es muy difícil el mitad mitad en la atención. Sostenía que, en este sistema, eso es una idealización.” *Dos jefes montoneros caídos: Marcos Osatinski. Evita Montonera* – Revista Oficial de Montoneros. Argentina, ano I, num 9, novembro de 1975. p. 22-23. Acervo da Biblioteca Nacional da Republica Argentina. Tradução livre.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

por instruir (às vezes, coagir) as militantes ao realizarem, por considerarem a participação da militante imprescindível e a gravidez incompatível com a prática da organização.

Nas organizações de guerrilha brasileira – como já afirmei anteriormente através do depoimento de Herbert Daniel – sexo, namoro e casamento eram consideradas questões pessoais, que não deveriam interferir na segurança e eficiência da organização. No documento “Normas básicas para segurança” da Vanguarda Popular Revolucionária-VPR, por exemplo, é informado aos e às militantes que, devido à correlação desfavorável de forças, o princípio da clandestinidade é que deveria orientar a atuação diária da organização e dos militantes, em todos os seus aspectos. Essa prática cuidadosa que os salvaguardaria.¹⁴

Os e as militantes que, nas palavras de Herbert Daniel, “exilavam-se na clandestinidade”, tinham que, por segurança, afastar-se de tudo o que os ligava à suas vidas antigas – família, fotografias, nome, documentos, etc. – e relacionar-se de forma extremamente cuidadosa, especialmente quando se tratava de pessoas de fora da organização. As organizações do Brasil, de uma forma geral, esperavam dos e das militantes que eles e elas não mantivessem relacionamentos estáveis, embora estabelecessem poucas regras ou normas para esses relacionamentos. As e os militantes, entretanto, em muitos momentos os evitaram por decisão própria, a fim de evitar correr riscos ou a dor de uma separação, que mais cedo ou mais tarde viria.

As declarações de Ottoni Fernandes Junior, ex-militante da Ação Libertadora Nacional-ALN ilustram bem as situações pelas quais passavam os e as militantes naquele contexto:

Mergulhei nos pensamentos lembrando da Tânia. Bateu uma saudade enorme. Veio a sensação de como, em 1968 e 1969, abrira mão da vida em nome da revolução. Estava criando um ambiente estéril em torno de mim. Gostava de uma mulher com todas as minhas forças, mas, com medo da perda, não levava o caso adiante, mesmo sendo entusiasticamente correspondido. Não podia dispersar as minhas energias emocionais. Tinha que estar sempre alerta. Na época, pensava que levar uma relação adiante, mergulhar num caso apaixonado, só tornaria mais dolorosa a inevitável separação, quando tivesse que cair na clandestinidade.¹⁵

E em outro momento, logo depois de falar sobre o afastamento dos amigos que a clandestinidade tinha causado: “sexo era outra abstração. Às vezes, passava perto da Rua Prado Júnior, em Copacabana, ouvindo a música das boates, vendo as mulheres se apresentando. Mantinha distância. Podia ser perigoso. Tinha muita polícia na jogada.”¹⁶

Para Elizabeth Ferreira, no Brasil,

¹⁴ VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA. **Normas básicas para segurança**. Janeiro de 1970. Acervo DOPS-SP.

¹⁵ FERNANDES JUNIOR, Ottoni. **O baú do guerrilheiro**: Memórias da luta armada urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.118.

¹⁶ Ibidem. p.74-75.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

ao mesmo tempo em que [...]a inusitada autonomia sobre [...]as vidas sexual e afetiva rompia com os códigos morais da sociedade maior, criava-se outra ordem de código – inspirada em interesses estratégicos e com aplicações mais ou menos rígidas, segundo a estruturação de cada grupo.¹⁷

Essa ausência de regras ou de padrões bem definidos e a preferência pela não-manutenção de relacionamentos amorosos estáveis, entretanto, não era uma coisa fixa. Em carta escrita a Iara em 6 de julho de 1971, Lamarca, ao falar sobre suas preocupações com a moral dentro do MR-8 no contexto da organização da guerrilha no interior da Bahia, afirma:

Considero que o tema é importante. Como Trotski coloca: a moral é condicionada, como a política, às necessidades da luta. E, na fase atual de implantação, é necessário respeitar a moral de massa – que sabemos qual é – para termos condições de a transformar. Acho que devemos ser rígidos nisso, ou não transformaremos nada. E você tem razão quando, como Freud, localiza o sexo no centro – e não é só na massa que isso se dá. Mesmo os militantes politizados esquecem a política diante do sexo – há que se entender o sexo dentro da política revolucionária.¹⁸

Ou seja, o militante defendia, naquele momento, a adoção provisória da moral tradicional, a fim aproximar a organização das “massas”, para que elas aderissem à causa do MR-8, ou para que, pelo menos, não desconfiassem de seus integrantes ou os delatassem às autoridades.

Considerações finais:

Enquanto na Argentina as relações amorosas e de *pareja* eram um dos aspectos fundamentais da moral revolucionária, e por esse motivo, eram consideradas *parte da militância*, no Brasil, a preocupação das organizações e dos militantes era a de que esse tipo de assunto, considerado pessoal, *não atrapalhasse a militância política*.

Em ambos os países, entretanto, pode-se dizer que as transformações geradas nas organizações de esquerda revolucionária e pela revolução sexual afetaram os mais variados aspectos da vida cultural e social, transformando, profundamente, as relações familiares, a moral sexual e as fronteiras e hierarquias de gênero, produzindo mudanças nas formas de organizar a vida cotidiana e as relações entre homens e mulheres, homens e homens e mulheres e mulheres.

O caráter contraditório e ambíguo dessas transformações e a articulação entre as mudanças nas esferas pública, privada e política ainda precisam ser mais bem desenvolvidos para que possamos entender melhor que dimensões tiveram essas rupturas e transformações em cada país, e

¹⁷ FERREIRA, Elisabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 185.

¹⁸ JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca: o capitão da guerrilha**. São Paulo: Global Editora, 1980. p. 145.

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

para compreendermos em que medida elas subverteram a ordem e as hierarquias de gênero, as mantiveram ou reforçaram.

Concluo este texto com uma citação de “Vitória”, ex-militante e presa política brasileira, entrevistada por Elizabeth Fernandes Xavier:

era na esquerda onde o homem aceitava a mulher mais como igual – não estou falando como igual porque essa diferença sempre houve – e era na esquerda onde essa coisa do rompimento dos tabus sexuais estava acontecendo. (...). Foram os rapazes de esquerda que dissolveram a distinção moralista e burguesa que se fazia entre a moça com quem se namora e a moça com quem se faz sexo.¹⁹

¹⁹ FERREIRA, Elisabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 118.